

- CXXX -

## **GESTÃO E AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA PRESENCIAIS DA UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS: OLHARES SOBRE O NOVO FORMATO DE ORGANIZAÇÃO**

**Mariangela Camba**

UNIMES/Brasil

[mariangela.camba@unimes.br](mailto:mariangela.camba@unimes.br)

**Ivana Correa de Souza Faour**

UNIMES/Brasil

[ivana.faour@unimes.br](mailto:ivana.faour@unimes.br)

### **Introdução**

É consenso que vivemos um momento de muitas transformações e com o advento das tecnologias, modifica-se o modo de viver das pessoas, como se relacionam, formas de comunicação, linguagem e também de aprendizagem. Neste contexto, escolas e universidades devem estar preparadas para inovar em seus projetos e oferecer cursos de formação que atendam essas novas demandas.

As universidades brasileiras desde os anos de 1990 passam por transformações advindas das políticas educacionais e de avaliação implementadas passando por um processo de massificação que desconsidera sua missão. Essas políticas de avaliação no ensino superior declaram como objetivo de seu processo de inserção, a melhoria da qualidade da educação. Camba (2011), aponta que de modo geral essas propostas avaliativas realizadas no Brasil têm apresentado uma adequação aos interesses de mercado, posto que o mérito dos resultados é de caráter classificatório hierarquizante, o que propicia, mesmo que não seja esse o objetivo, o ranqueamento das instituições. Mais, segundo Freitas (2013), hoje a mesma política vem se tornando uma “cultura de auditoria”.

As políticas educacionais têm, ainda, definido os currículos das licenciaturas nas universidades, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais desses cursos e as diretrizes para o ENADE, portanto é necessário tornar claro o papel e a responsabilidade do Estado em relação à educação e nesse sentido, a regulação e fiscalização do ensino oferecido no país.

Dessa forma, a regulação, uma de suas funções, não poderia se esgotar em si mesma, mas articular-se com a outra função que é a prática social garantindo assim, produção de qualidade nas instituições e emancipação social, a partir da liberdade de escolha na organização de seus cursos, que

vem sendo tolhida, desde a implementação das políticas educacionais e de avaliação nos anos de 1990.

Nesse sentido, é possível depreender, sem desconsiderar as avaliações externas, que é imprescindível o olhar interno daqueles que vivem dentro desse espaço de formação de sujeitos e profissionais e mesmo mergulhados nesse universo consigam ler as evidências presentes nas percepções de seus atores.

Assim, as avaliações e os processos de mudança em busca da qualidade devem emergir da avaliação institucional interna e não de um Estado, irradiador de propostas que busca a regulação das instituições. Para Freitas (2005), a qualidade é produto de um processo de avaliação institucional construído coletivamente, tendo como referência seu projeto político, ele aponta a “qualidade negociada” como possível caminho a seguir.

As Políticas Educacionais e as Políticas de Avaliação - tem sido indutoras na adoção de um currículo único, na manutenção de uma única organização, seja de conteúdos trabalhados, seja de modelo de oferta, formatando os cursos de licenciatura no Brasil. Identificar os avanços ou não, com a adoção de um novo desenho de curso é a responsabilidade de quem os oferece, no caso a Universidade.

Dessa forma, Dias Sobrinho, 2003, afirma que Educação e formação são fenômenos públicos; requerem, portanto, debates públicos que possam construir programas e ações participativos e produzir decisões tomadas socialmente. A avaliação dessa forma é muito mais uma expressão da filosofia educativa, que um instrumento burocrático. Deve ter uma função muito mais crítica, que meramente de constatação. Deve analisar o realizado, mas para melhor cumprir o que há por realizar.

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo avaliar a organização dos Cursos de Licenciatura presenciais da UNIMES, implementados em fevereiro de 2013, no período de 2013 a 2018, a partir do olhar dos docentes, discentes e egressos desses cursos. Pretende conhecer as expectativas e anseios de aprendizagem dos estudantes e de sua inserção no mercado de trabalho, a partir do curso ofertado. Trata-se de um recorte de uma pesquisa em andamento realizada no Curso de Pedagogia, no programa da iniciação científica – Bolsa CNPQ, na Universidade Metropolitana de Santos. Utiliza uma metodologia qualitativa e se ampara nos estudos de CAMBA (2011); GATTI (2010); FREITAS (2005, 2007, 2009, 2013) e WERLE (2015), além de documentos oficiais que regulamentam as Políticas de Avaliação e de formação docente no Brasil.

### **O percurso da política implementada**

O curso de licenciatura da UNIMES, em 2013 retoma suas atividades após discussões realizadas durante todo o ano de 2012, no Grupo de Apoio Pedagógico com o intuito de rever os

Projetos Pedagógicos de todos os cursos da instituição, inclusive os das licenciaturas. Além de se trabalhar na construção de novos modelos pedagógicos, nos apropriamos de outras questões, como a de estruturar a organização e oferta desses cursos. Após opção da universidade em não mais manter o curso presencial era necessário reiniciar essa oferta de forma diversa do modelo de curso anteriormente oferecido em nossa instituição, que era anual e seriado. Dessa forma, os docentes se debruçaram estudando formas diferenciadas que pudessem trazer para a instituição, um curso inédito na cidade, com profundidade, bons profissionais e que além dessas questões ainda fosse sustentável.

Assim em 2013, após longos debates e discussões se dá o início de um curso flexível, sem rupturas, sem amarras e sustentável. Um curso que não horizontaliza os conhecimentos, mas, que o faz também na verticalidade. Um curso que pudesse receber alunos a cada semestre sem a necessidade de montar uma nova turma para isso. O curso foi organizado de forma semestral e modular, oportunizando a entrada de alunos na mesma turma, por um ano e meio. É inovador naquilo que os preceitos pedagógicos defendem e nesse sentido, atende as especificidades da docência, da gestão e da profissionalidade.

A matriz curricular do curso deixa visualizar as estratégias de flexibilização curricular, a interdisciplinaridade, e a articulação da teoria com a prática, na forma como os componentes estão dispostos e sua carga horária, como os temas transversais são tratados, não apenas em componentes curriculares determinados para que isso possa ocorrer durante todo o curso, mas também, nas atividades de extensão, nas atividades de acolhimento, nas disciplinas optativas oferecidas, que se mesclam aos diversos cursos da instituição de forma harmônica e complementar.

As alterações propostas exigiram ações de conscientização do corpo docente e técnico-administrativo, acompanhadas de sustentação acadêmica e científica. Limitações, resistências e mecanismos administrativos e funcionais existiram. A proposta mereceu à época clara e precisa apresentação aos profissionais, corpo técnico institucional e depois destes com os alunos.

Todos os semestres, quando novas turmas iniciam é necessário apresentar o modelo e afirmar que não haverá problema no decorrer do processo, porque os docentes e a coordenação estarão atentos às demandas e conflitos quanto à organização do curso. Durante o processo inicial ocorreram movimentos de negação da proposta, com base nas próprias representações sociais dos sujeitos envolvidos na educação, que tendem a negar o novo modelo, pois este difere completamente do modelo conhecido pelos mesmos. Segundo GATTI, 2010, qualquer inovação na estrutura de instituições e cursos formadores de professores esbarra nessa representação tradicional e nos interesses instituídos, o que tem dificultado repensar e reestruturar essa formação de modo mais integrado e em novas bases (GATTI, 2010, p.1359)

## Conclusões

A formação dos cursos de licenciatura nas Instituições de Ensino Superior (IES) ao longo das últimas décadas tem apenas habilitado o discente para a docência, mas é urgente formá-lo para o ingresso, permanência e exercício na profissão docente possibilitando o seu desenvolvimento profissional. Como pesquisa em andamento, seus resultados são parciais, mas evidencia a necessidade de ressignificar a formação docente inicial, com a percepção de que os currículos dos cursos de licenciatura precisam considerar as mudanças na sociedade. É possível constatar na oferta dos cursos ao longo do período definido, que o novo modelo trouxe reflexões, inquietações e a percepção de que cursos estáticos, sem movimento, sem inovação e sem a adoção de práticas diferenciadas não atendem às necessidades da sociedade contemporânea. Por outro lado é necessário destacar que as políticas de educação e as de avaliação de sistemas não têm conduzido a avanços qualitativos, ao contrário, tem interferido estreitando o currículo das licenciaturas não considerando as singularidades de cada região, e especialmente dos alunos.

## Referências

CAMBA, M. As políticas de avaliação do rendimento escolar e as interfaces na esfera nacional e estadual: análise do SARESP como política de avaliação no Estado de São Paulo. 2011. [s.n]. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – São Paulo.

DIAS SOBRINHO, José. AVALIAÇÃO: Políticas Educacionais e Reformas da Educação superior- São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, L. C. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, Especial, out. 2005.

----- Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, 2007.

-----Avaliação educacional: caminhando pela contramão. Petrópolis: Vozes, p. 13, 2009.

-----Caminhos da Avaliação de Sistemas Educacionais no Brasil: o Embate entre a cultura da Auditoria e a Cultura da Avaliação in Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil- Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Adriana Bauer, Bernadete A. Gatti- V. 2. p.147-176. Florianópolis: Insular, 2013.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.